

DIREITO HOJE

Lições das ruas e os efeitos sobre o Judiciário

COLABORADOR

HERBERT CARNEIRO

opinioao@hojeemdia.com.br

“Nã o te-
mos o
direito
de adiar
as res-
postas que são cobradas
pelas ruas”

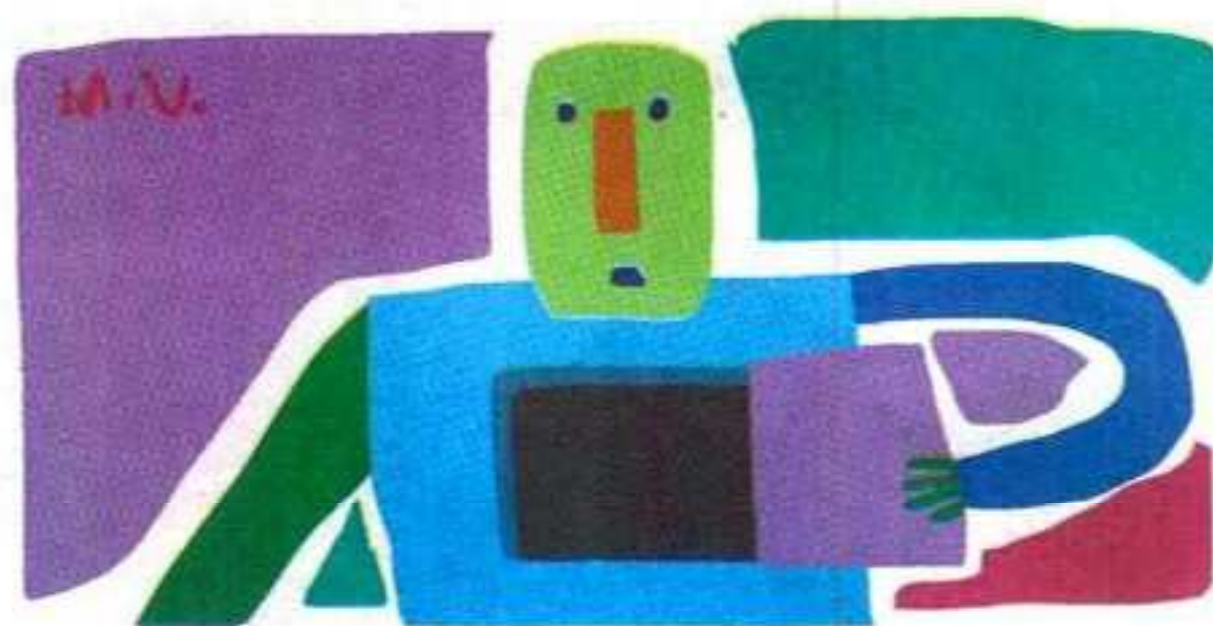
Os excessos e o vandalismo de alguns poucos não podem, de forma alguma, comprometer nem reduzir a importância das manifestações cívicas de milhares que tomaram as ruas do país por mudanças. Os protestos são legítimos como expressão democrática de descontentamento com uma situação generalizada no Brasil. A nação está despertando, e isso é necessário à retomada de consciência nacional em favor do futuro do país que já se faz presente... e urgente.

Todas as instituições, incluindo o Judiciário, devem estar conectadas com essa realidade e atender aos reclamos e reivindicações do cidadão, que tem dito, repeti-

da e insistentemente, que não se vê mais representado por nenhuma delas. Ninguém está livre da cobrança nem deve ficar para trás.

Foram manifestações de um desabafo de quem se cansou de discursos e promessas que nunca se materializam em melhor qualidade de vida e dos serviços públicos. É imperioso que manifestemos nossa adesão aos apelos dos jovens e aos novos tempos, no sentido de dar respostas e soluções aos problemas apresentados e, até então, solenemente ignorados. De tão represadas, as demandas do passado se acumulam às da atualidade e sufocam a realidade presente. Não há mais razão, nem nos é dado o direito, para adiar as realizações com as quais estamos comprometidos.

O Judiciário, como os outros dois Poderes, e todas as outras instituições do país precisam acordar também, para refletir sobre seu papel e responsabilidade



de sociais. Não existimos por nós mesmos, temos uma razão de ser e os destinatários finais de nossas ações são a cidadania e a democracia. Se não entendermos isso, ficaremos atados às práticas ultrapassadas que, historicamente, afastam o Judiciário, no tempo e na distância, do cidadão e da sociedade.

Afinal, por que nossa atividade ainda é regulada por uma lei inspirada no regime autoritário, venci-

do há 27 anos pela democracia? A quem interessa esse atraso? Por que o Judiciário é o Poder que mais resiste à modernização de sua gestão? Por que o Judiciário não tem autonomia orçamentária, apesar de ser um Poder, que, republicaneamente, deveria ser respeitado e valorizado pela harmonia e independência entre o Executivo e o Legislativo?

A quem interessa o enfraquecimento do Judiciário?

Por que os juizes não são ouvidos para a escolha da direção dos tribunais nem são consultados na hora da definição das prioridades e destinação dos recursos públicos? E, ainda, por que a carga processual e a busca por justiça crescem, de maneira inversamente proporcional à valorização dos magistrados?

São perguntas surradas e esquecidas no tempo da inoperância, da morosidade e da incapacidade que

afetam o desempenho de quem deveria cumprir o que determina a Constituição cidadã, consagrando-a como verdadeiro pacto social.

Antes de reclamarmos de campanha contra o Judiciário, façamos nossa parte, porque a campanha de valorização do juiz começa com a gente mesmo e, para isso, é fundamental que resgatemos a autoestima da classe, valorizemos nosso trabalho, reafirmando a independência de julgar e cobrando a autonomia e fortalecimento do Judiciário. Antes do reconhecimento externo, o próprio Judiciário precisa reconhecer o valor do magistrado enquanto agente político de alcance social.

Como sempre, estamos prontos para o debate e, de peito aberto, nos somamos ao sentimento cívico que varre o país por mudanças e pela reconstrução nacional e pela transformação social.

(*) *Presidente da Amagis*